

# O «DIÁRIO DO PORTO» — 1809

## Um Jornal Pró-Francês no tempo de Soult

Por Antonino de Resende Jorge

### 1 — Introdução

Nasce o DIÁRIO DO PORTO<sup>1</sup> de 1809 numa época de grande efervescência político-militar motivada, essencialmente, pelas invasões francesas. Daí que este fosse em Portugal, como no resto da Europa, um período de intensa actividade jornalística como salientam, entre outros, A. Xavier da Silva Pereira, Brito Aranha, Alfredo da Cunha e Tengarrinha.

Como diz Alfredo da Cunha, «a reacção geral contra a tirania de Napoleão, que se propunha conquistar a Europa e esmagar as grandes e pequenas nações cometendo as maiores atrocidades, concitaram a ira de todos os patriotas (...), e criaram atmosfera em que mais à vontade se respirava, na linguagem usada contra o déspota e seus sequazes...»<sup>2</sup>. Esta efervescência dos ânimos reflecte-se bem no facto de só no dia 1 de Setembro de 1809 se criarem em Lisboa 4 periódicos...

Porém, enquanto umas publicações hostilizavam abertamente o invasor (por exemplo, O Patriota, o Telescópio Portuguez, A lanterna Mágica, etc.), outras houve que se lhe submeteram. Como diz Tengarrinha, «Enquanto o governo português permitia e estimulava escritos contra os franceses, também estes não ficaram alheios à actividade panfletária (...). Podemos concluir que os Franceses queriam abrir caminho tanto por acção das armas como por via dos papéis que espalhavam profusamente.

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto e notas utiliza-se a sigla D.P. para o Diário do Porto.

<sup>2</sup> In «Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641/1821)», Lisboa, sep. das Memórias da Academia das Ciências, Classe Letras, T. VI, 1941, p. 126.

Por isso os exércitos invasores eram precedidos de proclamações dirigidas à população em que se expunham apaixonadamente as suas ideias...»<sup>3</sup>.

Ainda que de menor importância e alcance que a actividade panfletária, os jornais tiveram certa influência e importância na divulgação de apelos, proclamações, notícias, avisos e decretos dirigidos à população, em que os franceses expunham as suas ideias e procuravam conquistar para a sua causa as populações, facilitando, assim, a penetração dos exércitos.

O D. P. é disso exemplo. De formato exíguo (in folio — 13,5 × 19,5), saía aos sábados, depois do jantar, imprimia-se na Tipografia de Antonio Alvarez Ribeiro e podia assiná-lo, quem assim o desejasse, no armazém de livros do mesmo impressor, sito na rua das Flores, à esquina da Travessa do Ferraz, como se declarava no «Aviso» do N.º 1 (pág. 4).

Apesar do seu pequeno formato e das suas escassas 32 páginas vários autores portugueses, que se debruçaram sobre a história do jornalismo em Portugal, lhe dedicaram algumas palavras, nem sempre correctas. Se há unanimidade entre eles ao considerá-lo como «órgão oficial do governo francês», o mesmo não acontece noutros aspectos.

Assim, A. Xavier da Silva Pereira<sup>4</sup> aponta-o entre os primeiros quotidianos portugueses e Tengarrinha, em nota à página 49 da obra citada, diz que Alfredo da Cunha o considera até o primeiro quotidiano português. Ora, qualquer uma destas afirmações está errada. Como se sabe, o primeiro quotidiano português foi o Diário Lisbonense (1.Maio.1809) e, além disso, o D. P. nem sequer foi diário. Talvez a confusão venha da palavra «Diário» inclusa no título. Mas basta observar a data de publicação de cada número<sup>5</sup> e o expresso no Aviso do 1.º número para verificarmos que não se trata de um diário mas de um semanário. Assim é descrito por Alberto Bessa num texto que se transcreveu na íntegra:

«Teve este título um periódico semanal, de pequeno formato, órgão oficial do governo francez, representado no Porto pelo Duque da Dalmácia (general Soult), comandante do exército invasor em 1809.

Apareceu o 1.º número a 5 de Abril d'esse anno, oito dias apoz a entrada dos franceses e da horrorosa catastrophe da ponte das barcas. Destinava-se a aparecer aos sábados e tinha ao alto da primeira página o braço portuguez da epoca, e, o sob o titulo, um lêma em latim, firmado por Dipro Marcel. Imprimia-se

---

<sup>3</sup> In «História da Imprensa Periódica Portuguesa», Lisboa, 1965, p.p. 54/55.

<sup>4</sup> In «Dicionário Jornalístico Português», fls. 12/v.º.

<sup>5</sup> N.º 1 — 5.Abril.1809; Supl.º ao N.º 1 — 14.Abril.1809; N.º 2 — 15.Abril.1809; Supl.º ao N.º 2 — 20.Abril.1809; N.º 3 — 22.Abril.1809; Supl.º ao N.º 3 — 28.Abril.1809; N.º 4 — 29.Abril.1809; N.º 5 — 6.Maio.1809;

na typografia de Antonio Alvares Ribeiro, então estabelecida no largo dos Loyos.

Foi neste periodico que apareceu (em suplemento ao numero 2 publicado em 20 de Abril do mesmo anno) a peregrina ideia, imbecilmente patrocinada por alguns portugueses de fazer acclamar o general invasor como rei de Portugal.

O ultimo numero do DIARIO DO PORTO sahiu a 6 de Maio seguinte. A collecção é pequena, como se depreende, mas interessantissima a muitos respeitos».<sup>6</sup>

Correcta, em todos os aspectos, esta análise de Alberto Bessa.

Também Rocha Martins se refere ao D. P. e ao seu redactor, num tom algo violento, considerando-o «...obra infame e infecta de um português alacaiado, dos que estão sempre prontos a rastejar, um daqueles 'homens de viva quem vence'». E continua: «É hoje raro e as suas páginas louvaminheiras até referem os presentes das lâmpadas de prata feitos pelo duque da Dalmácia ao Senhor de Matozinhos e os espectáculos de gala, apoteóticos de Napoleão e do seu Marechal, que sonhava com a realeza da Lusitânia Setentrional e preparava o caminho do trono com o auxílio do misero plumitivo que fazia a sua publicidade de uma série de vendidos. Só era grande o povo, sem chefes, induzido a matar quem tinha por afrancesado...»<sup>7</sup>.

Por sua vez, António Cruz, em nota à página 48 do seu livro «As Invasões Francesas E Suas Repercussões Na Cidade Do Porto» diz, entre outras coisas mais ou menos comuns a outros autores já citados, que «O DIÁRIO DO PORTO foi publicado em substituição do Leal Portuguez...». Ora, convem assinalar que não há entre ambos uma continuidade política e ideológica, se assim se pode dizer: enquanto o primeiro assumiu posições pró-franceses, o segundo foi manifestamente anti-franceses. É certo que, se tivermos em conta que o LEAL PORTUGUEZ interrompeu a sua publicação em 18 de Março de 1809, no N.º 11 — exactamente numa altura em que os exércitos invasores se aproximavam perigosamente do Porto — e que aquella só recomeça em 24 de Junho de 1809, no N.º 12, com ligeiras alterações de forma, verificamos que é mais ou menos neste lapso de tempo que se publica o D. P. Só neste aspecto se pode falar em substituição. Acrescente-se ainda que os dois jornais apresentavam a mesma forma externa, ambos incluíam as armas de Portugal<sup>8</sup> na titulação e foram impressos na mesma tipografia.

---

<sup>6</sup> In revista «O Tripeiro», n.º 24/3.ª série (144), Porto — 15 de Dezembro de 1926, num artigo sob o título «Jornaes da Minha Terra», p. 370.

<sup>7</sup> In «Pequena História da Imprensa Portuguesa», Cadernos Inquérito, Série G — Crítica e História Literária XV, Ed. Inquérito, p.p. 32/33.

<sup>8</sup> Erradamente A. X. Silva Pereira diz que o D. P. «era encimado com armas napoleónicas» (op. cit., p. 14/v.º) ou pelas «armas imperiais» (op. cit., p. 179).

Há ainda referências de outros autores<sup>9</sup> ao D. P. Porém, não acrescentam nada de novo. Podem até resumir-se na seguinte frase:

«DIÁRIO DO PORTO (1809). Folha oficial do Governo Francez».

## 2 — Análise Externa (forma) do Diário do Porto

Como ficou dito, o jornal teve 5 números e 3 suplementos, respectivamente aos números 1, 2 e 3, datados de dias diferentes dos números, e está paginado de 1 a 32 nos cantos superiores direito (n.ºs ímpares) e esquerdo (n.ºs pares), apresentando cada número ou suplemento 4 páginas de texto.

A. Xavier da Silva Pereira diz que o Suplemento ao n.º 3, de 28 de Abril de 1809, era «acompanhado de um Boletim Extraordinário referido ao dia 13 de Abril, dando notícias da rendição da Praça de Valença ao exército francez comandado pelo general Heudelet»<sup>10</sup>. Ora, em primeiro lugar, a referência a esse boletim é feita no Suplemento ao n.º 2, pág. 15<sup>11</sup> e portanto, quando muito, terá acompanhado o Suplemento ao n.º 1 ou o n.º 2 do D. P. e nunca o Suplemento ao número 3. Em segundo lugar, vem datado de 11 de Abril e não 13. Aliás, sendo a «capitulação» de Valença um facto tão relevante para os franceses, não se compreende tamanha demora (17 dias, pelo menos) na publicação do boletim. Anote-se ainda que embora a primeira parte do Boletim tenha a forma de 'notícia' — a segunda, em 6 artigos, são os termos da capitulação —, o tipo de letra utilizado e os espaços entre as linhas são maiores do que os das restantes páginas do D. P..

O redactor do D. P., a acreditar em A. Xavier da Silva Pereira<sup>12</sup> e em Alfredo da Cunha<sup>13</sup>, terá sido o vate portuense ANTÓNIO SOARES DE AZEVEDO. Estas, aliás, as únicas referências que (de momento, pelo menos) encontrei, aludindo a tal facto. A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (vol. III, pág. 913) diz o seguinte de António Soares de Azevedo: «Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, nasceu no Porto, em fins do séc. XVIII. Versejou, seguindo a escola de Filinto Elísio,

---

<sup>9</sup> Vg. A. Magalhães Basto, in «1809 — O Porto sob a 2.ª invasão Francesa» e «Três Fases do Jornalismo Portuense»; Luiz F. Gomes, in «Jornalistas do Porto e sua Associação»; catálogo «Imprensa Periódica Portuguesa na Metrópole e no Império — sécs XVII a XIX», etc.

<sup>10</sup> *Op. cit.*, p. 179/v.º.

<sup>11</sup> «Já n'hum Boletim extraordinario annunciamos a reduçção, e Capitulação da Praça de Valença».

<sup>12</sup> *Op. cit.*, p. 179.

<sup>13</sup> *Op. cit.*, p. 259.

usando o nome de Alcino Duriano, como se depreende da leitura dos seus poemas, publicados em Coimbra em 1794. Escreveu para o teatro e escreveu algumas peças que se representaram no Porto, entre elas O Surdo-Mudo ou O Abade de L'Epée. Morreu no Porto em 1815». Por sua vez, Inocêncio Francisco da Silva<sup>14</sup> faz também referência a este autor, salientando apenas a sua faceta poética. Em face disto e, atendendo a que o jornal não insere o seu nome nem o cita como redactor, parece-me não se poder afirmar, com toda a certeza, ter sido António Soares de Azevedo o redactor do D. P..

O jornal não possui qualquer gravura ao longo do texto, nem faz qualquer referência à sua tiragem. Cada página possui apenas uma coluna. As notícias não são assinadas.

A primeira página de cada número ou Suplemento inclui a apresentação (titulação) e algum texto redacional. A apresentação cobre somente cerca de 44 % da superfície total da 1.ª página e é composta pelos seguintes elementos: *Cantos*, onde se expressa o número do jornal (canto esquerdo) e n.º da página (canto direito); uma *Gravura* com as armas de Portugal da época; e a *titulação* que se desenvolve em duas linhas. A primeira, inserindo o título propriamente dito e a segunda as palavras «Com permissão, e aprovação do Governo», sintoma revelador das limitações impostas à imprensa periódica portuguesa da época.

Outro aspecto característico da imprensa da altura é a inclusão no *subtítulo*, enquadrado por duas linhas horizontais, de uma frase, em latim, de Cícero em honra de Marcelo e que se poderá traduzir deste modo: «Vimos a vitória dos exércitos terminada com êxito, não vimos a destruição conseguida com a espada. Os cidadãos que perdemos, foram feridos pela força de Marte, não pela ira da vitória». Esta frase é, de certo modo, um 'lema', uma ideia que o D. P. tentará, por todos os meios, defender: elogio da força e «bondade» dos exércitos invasores.

Contrariamente ao que acontece no N.º 1, os restantes números e Suplementos incluem a data da publicação na titulação, imediatamente a seguir à expressão «Com Permissão, E Aprovação do Governo».

As restantes páginas possuem apenas uma coluna, como acontece com outros jornais da época, e todo o espaço é ocupado pela superfície redacional, fornecendo assim o máximo de texto no mínimo de espaço. Daqui o existir uma certa densidade tipográfica: cerca de 59 caracteres por linha/14 por cm<sup>2</sup><sup>15</sup>.

A última página do n.º 1 (ao fundo) fornece-nos dados que normalmente os jornais trazem na primeira e incluídos na titula-

<sup>14</sup> In «Diccionario Bibliografico Portuguez», Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, Tomo I, p. 274 e Tomo VIII, p. 311.

<sup>15</sup> Resultados aproximados e baseados unicamente no N.º 1. Os outros números apresentarão dados sensivelmente iguais.

gem. Tais são: tipografia impressora, periodicidade, local onde se podiam fazer assinaturas.

Podemos, pois, afirmar que, bem à maneira da época, era de grande simplicidade a apresentação do D. P., reduzida apenas ao essencial, cobrindo o título uma pequena percentagem da superfície impressa.

(Vejam-se a Ficha Técnica e a Ficha Comparativa que corroboram o que ficou dito).

Apesar de o assunto e finalidade de todos os artigos do D. P. ser fundamentalmente o elogio do invasor, em geral, e de Souto, em particular, e conseguir a adesão dos portuenses à causa dos mesmos, podemos subdividir o texto em quatro Unidades Redacionais, a saber: 1.<sup>a</sup> — Notícias militares (nacionais e estrangeiras); 2.<sup>a</sup> — Notícias várias; 3.<sup>a</sup> — Decretos; 4.<sup>a</sup> — Avisos.

O D. P., como praticamente todos os periódicos de 1.<sup>a</sup> época da imprensa portuguesa, é eminentemente noticioso. Daí que as notícias militares e as notícias várias ocupem a maior parte da superfície redacional (68,2 %).

A parte das notícias várias é a mais densa, variada e até confusa. As notícias mais diversas são postas ao longo dos vários números sem qualquer ordem geográfica, cronológica ou temática.

#### Ficha Técnica do D. P.

Titulo	Diário do Porto
Número total de páginas	32
Formato	Exíguo — in folio (13,5 × 19,5 cm)
Superfície total	8424 cm <sup>2</sup>
Superfície impressa	6528 cm <sup>2</sup>
Números de caracteres tipográficos do N.º 1	9969 a)
— Por assinatura	b)
Preço	
— Por N.º	b)

## Ficha comparativa da apresentação (titulagem) dos n.ºs 1 e 2

	Apresentação (% da Superf. impressa)	Superfície redacional (% da Superfície impressa)	Superfície redacional (cm <sup>2</sup> )	Diminuição da Superf. redacional (%)
N.º 1	11 %	89 %	726 cm <sup>2</sup>	—
N.º 2	12 %	88 %	717,6 cm <sup>2</sup>	1 % (aprox.) c)

a) Procura-se apenas dar uma ideia aproximada da densidade tipográfica, apontando, como exemplo, os caracteres do N.º 1. Os restantes números terão uma quantidade sensivelmente igual;

b) Não há qualquer referência que nos permita dizer, com exactidão, o preço;

c) Percentagens aproximadas. Redução muito pouco sensível uma vez que o N.º 2, bem como os restantes n.ºs e suplementos, apenas inclui a mais, na apresentação, a data de publicação.

Como 'órgão oficial' do invasor, naturalmente, o D. P. serviu para divulgar os Decretos «mandados passar por S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Marechal Duque da Dalmácia...». Estes vêm publicados na(s) última(s) página(s) de cada número ou Suplemento (pág. 12 — n.º 2; pág. 16 — Supl. ao n.º 2; pág. 20 — n.º 3; pág. 24 — Supl. ao n.º 3; e págs. 31/32 — n.º 4).

Também os Avisos vêm publicados nas últimas páginas dos números 1, Supl. ao número 1 e n.º 5 e referem-se, respectivamente, às condições de assinatura do jornal, a roubos cometidos, captura dos ladrões, exortação à denúncia dos mesmos, penas aplicadas e, por último, ao louvor e gratificação de um português que salvou um Dragão francês de morrer afogado no Douro. O espaço e percentagem (%) ocupada por cada uma das unidades é-nos mostrado pelo quadro na página 72.

O jornal não possui artigos de fundo, propriamente ditos. Poderemos considerar como tal a primeira parte do único 'artigo' do n.º 1. Efectivamente nele se faz uma reflexão sobre a catástrofe «que o Porto acaba(ra) de sofrer» e se tecem, desde logo, elogios a Soult e às sua tropas pelo facto de não terem saqueado e destruído a cidade, apesar de Direito de Guerra que (cf. próprio jornal) lhes assistia. E faz alusão a tudo isto para que «sirva de escarmento a todos os que loucamente se abalançam a grandes empresas sem calcularem os meios, nem pezarem os fins»<sup>16</sup>. Este artigo define assim claramente, logo no início, para

<sup>16</sup> D. P., n.º 1, p. 1.

### Quadro das Unidades Redacionais:

Unidades Redacionais	Medidas em cm <sup>2</sup>	% em relação à superfície total impressa
Notícias Militares	2019,6 cm <sup>2</sup>	30,9 %
Notícias Várias	2432,4 cm <sup>2</sup>	37,3 %
Decretos	942 cm <sup>2</sup>	14,4 %
Avisos	366 cm <sup>2</sup>	5,6 %

Como se pode verificar, feitas as somas, a titulação ocupa um espaço total de 768 cm<sup>2</sup> — 11,8 % da superfície total impressa.

lá da reflexão que faz do acontecimento, a linha e intenções da D. P. Nestes aspectos poder-se-á falar de artigo de fundo.

Os números 1 e 4 são totalmente preenchidos por uma única notícia, pormenor que mostra bem a exiguidade do jornal, por um lado, e, por outro, a relevância dada a factos que 'incensassem' a pessoa de Soult, como veremos.

As duas únicas notícias do estrangeiro de que o D. P. faz eco vêm no N.º 3, págs. 17 e 18, e referem-se a batalhas travadas pelas tropas napoleónicas em Espanha. Uma vez que a data de publicação do n.º 3 é de 22 de Abril de 1809 e as notícias são de 29 de Março (Galiza) e de 19 de Março (Oviedo) verificamos: 1.º — que nem sequer houve a preocupação de colocar em primeiro lugar a mais antiga, a de Oviedo; 2.º — o atraso na publicação das notícias do estrangeiro que, como diz ainda Tengarrinha na obra citada, é também uma característica da imprensa portuguesa da época.

As várias notícias não são nitidamente separadas uma vez que o jornal não tem secções perfeitamente definidas, aparecendo, por exemplo, as notícias militares tanto na 1.ª como na 2.ª, 3.ª ou 4.ª páginas, entremeadas de outro tipo de notícias. Apenas, como ficou dito, os Avisos e Decretos ocupam sempre as últimas páginas.

Graficamente a mudança de notícia é, normalmente, assinada pelos títulos (?) — formados pelo local e data da notícia — em caracteres itálicos ou de caixa alta. Isto nota-se, de modo especial, no número 3. Começa o texto redacional com o título (?), em caixa alta, «NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS», seguindo-se de



imediatas as notícias de Galiza e Oviedo, com local e data em caracteres itálicos. Findas estas, sem qualquer tipo de separação diferente (espaços, sinais gráficos ou tipo de letra), as notícias nacionais (Lisboa).

Como única excepção, ao que ficou dito, a separação dos «Avisos» incluídos no Suplemento ao n.º 1 e o restante texto que é feita por um sinal gráfico, com o formato de um losango adelgado e toscamente delineado, com cerca de 5 cm de comprimento, que dá uma certa beleza estética à página. Depois, diferentes espécies de Avisos seguem, indiscriminadamente, sem qualquer tipo de separação a não ser a mudança de parágrafo.

Nas datas incluídas na titulação ou nos títulos das notícias umas vezes vem escrito «DE ABRIL» (Vg. nos Suplementos aos n.ºs 1, 2 e 3), outras «D'Abril» (Vg. nos n.ºs 2, 3 e 4), facto que poderá significar a existência de diferente corpo redactorial ou, hipótese mais natural, tratar-se unicamente de ortografias paralelas.

A data no Suplemento ao n.º 1 e a localidade e data no Suplemento ao n.º 3, referentes à primeira notícia, vêm escritos com letra pequena, enquanto os restantes números e Suplementos vem tudo com letra maiúscula. Também isto revela uma certa falta de uniformidade e uma técnica jornalística e tipográfica ainda um pouco rudimentares.

Se bem que a tipografia seja mais ou menos homogénea e legível, a leitura do jornal provoca uma certa tensão visual, em virtude de o tipo de letra ser pequeno e de uma densidade razoável, de as margens serem pequenas e pouco nítida a separação das várias notícias.

As várias notícias são escritas numa linguagem pobre e repetitiva. Os adjectivos e epítetos utilizados, por exemplo, para elogiar Sout (valor, humanidade, generosidade, bondade, génio tutelar, benignidade, etc.) repetem-se amiudamente.

### 3 — Análise Interna (conteúdo)

Não tendo por objectivo uma informação pormenorizada e actualizada, o D. P. apenas dava relevo aos acontecimentos político-militares favoráveis ao invasor e às acções pessoais de Sout, ainda que estas tivessem passado há algumas semanas. O seu conteúdo é, assim, muito pouco diversificado, senão totalmente homogéneo.

Instalado no Porto o invasor — e Sout — precisavam, para além dos panfletos, de um órgão oficial mais completo, que fôsse seu porta-voz e dócil instrumento. Criou o D. P., gazeta

toda ela «...feita de adulação, mentira, hipocrisia», como a classifica A. Magalhães Basto<sup>17</sup>.

As razões determinantes da sua publicação são, aliás, logo evidenciadas no, já citado, artigo do n.º 1. Depois de fazer alusão às mortes, incêndios e ruínas provocadas pela tomada da cidade em 29 de Março, diz:

«...Mas a Divina Providencia tinha determinado que não padecessem todos pelo crime de alguns para cumprir os seus profundos, e inescrutaveis Decretos permittio, que o Exercito Francez fosse commandado em em Chefe por hum Heróe, em cujo coração se disputão a primazia, o valor e a humanidade. O Ex.mo Senhor Duque de Dalmacia, conhecido dantes pelo nome de Senhor Marechal Soult, he este Heróe, cuja alma escuta sempre mais as vozes da piedade, que os clamores do mais justificado resentimento. Assim são os homens verdadeiramente valorosos, os verdadeiros Heróes, bravos no combate, humanos na victoria...».

Babosa de lisonja, esta, como outras passagens do citado artigo — e mesmo de todo o jornal —, se por um lado denotam o desejo de agradar por parte de quem as redigiu, por outro denunciam o cumprimento de uma ordem recebida com determinado objectivo. O dedo de Soult andava certamente aqui metido, como diz também A. Magalhães Basto na obra citada.

O D. P. não se cansa de elogiar a «força», «humanidade» e «disciplina» dos soldados invasores «tão valorosos como disciplinados», «tão clementes como valorosos»<sup>18</sup>. Em contrapartida, procurar menosprezar e aviltar o exército de Silveira a quem restaria fugir e/ou render-se<sup>19</sup>.

Mas é sobretudo a figura de Soult que, ao longo de todas as páginas, é enlevada. O D. P. foi, de início veladamente — elogiando as tropas e o seu chefe — e depois abertamente, um dos maiores propagandistas da realza de Soult sobre a «Lusitânia Setentrional», sonho que acariciou mas não chegou a ver realizado.

Preocupado em conquistar simpatias e mostrar (e mostrar-se...) a sua piedade e Cristianismo, vai com o seu Estado Maior assistir aos officios à Catedral e ao Senhor de Matosinhos a cujo santuário, naturalmente para fazer esquecer os desmandos que ali haviam sido cometidos pelas suas tropas, votou uma lâmpada

---

<sup>17</sup> In «1809 — O Porto Sob a 2.ª Invasão Francesa», Lisboa, Ed. Emp. Fluminense L.da., s/d., p. 99.

<sup>18</sup> Citações extraídas de vários números do D. P.

<sup>19</sup> D. P., Supl.º ao N.º 3, p. 23.

que devia estar sempre acesa... O D. P. noticiou desenvolvidamente o facto e, à guisa de moral da história, concluiu:

«...Combine-se agora este facto com o que freneticos declamadores dizem já de voz, já por escripto, da irreligião das Tropas Francezas, e dos seus Chefes, e ficará patente a sua parcialidade e embuste. He tempo de abriremos os olhos, e de reconhecermos a Mão da Providência na serie de sucessos, que tem por nós passado. Que ventura para nós o ter-nos dado o Ceo no Heróe, que destinou para governar-nos, huma alma inteiramente disposta a penetrar-se profunda, e vivamente de toda a Majestade da nossa Santa Religião...»<sup>20</sup>.

O marechal tentou, também, reparar os males do saque. Mandou entregar aos respectivos donos o que se encontrou dos objectos roubados e recomendou «...a todos os que soubessem onde se achão roubos os denunciem ao Governo, que immediatamente dará as necessárias providências»<sup>21</sup>. E o D. P. aproveita para exaltar a justiça do «Génio Tutelar».

Exaltando a sua bondade e caridade, divulga a págs. 8 e 16, Decretos de 5 e 8 de Abril que estipulam a distribuição de sopas económicas a 300 pobres, sintoma revelador da pobreza existente e da subida do custo de vida.

Em 7 de Abril o Teatro de S. João abre, pela primeira vez, as suas portas sob o domínio napoleónico. O Duque da Dalmácia e o seu luzidio Estado Maior ocupou a Tribuna Real. O D. P., no Suplemento ao n.º 1, pág. 5, refere a sua presença.

Mais eloquentes, ainda, são as seguintes passagens em que se advoga, muito claramente, a subida de Soult ao Trono Real. Ao referir-se a uma primeira apresentação de uma «Deputação» de Braga, vinda daquela cidade em 16 de Abril e composta por 12 membros, e depois de informar que Soult conversou com a Deputação sobre os interesses da Província do Minho, seu comércio, produções e população, o D. P. diz:

«...Parece que o Governo passado só conhecia as Provincias, para lhe impor tributos e accumular dinheiros: e não he por isso de admirar, que os vassallos vejam sem pesar a sua queda, porque os unicos laços, que os prendem ao Governo, são o premio, e a protecção. Este Paiz tão bello, e tão favorecido da natureza, parecia tocado da paralyzia; mas graças aos Ceos, que lhe preparára hum novo futuro, que os bons conhecedores já tinham d'antemão entrevisto!».

---

<sup>20</sup> Supl.º ao N.º 3, pp. 22 e 23.

<sup>21</sup> Idem, Supl.º ao N.º 1, p. 7.

E mais adiante acrescenta:

«Em huma palavra, a CASA DE BRAGANÇA já não existe: approuve aos Ceos, que os nossos destinos passassem a outras mãos; e foi particular predileção da Divina Providencia, que impera sobre o Universo, o ternos enviado hum homem, isento de paixoens, e que só tem a da verdadeira gloria; que se não quer servir da força, que O GRANDE NAPOLEÃO lhe confiou, senão para nos proteger, e livrar-nos do monstro da anarchia, que ameaçava devorar-nos. (...); Porque tardamos pois a congregar-nos ao redor d'elle, a proclamá-lo nosso Pai, e nosso Libertador? Porque tardamos a exprimir o nosso desejo de o vermos á testa d'huma Nação, cujo affecto soube tão rapidamente conquistar?»<sup>22</sup>.

Em 25 de Abril uma segunda «Deputação» de Braga vem ao Porto «pedir» a Soult que, de acordo com o desejo dos habitantes daquela cidade, subisse ao trono português um príncipe da Casa Imperial ou qualquer outro da escolha de Napoleão. Soult recebeu-os amavelmente e cumulou-os de gentilezas. O D. P. noticiou, no n.º 4 — a págs. 25 e 26, que, quando os visitantes saíram, «se olhãvãõ mutuamente como assombrados do affago, e carinho com que tinhão sido recebidos, e de quanto acabavãõ de ouvir, e entre si dizião: *Não se póde dar huma linguagem mais cheia de candura, e mais confôrme aos nossos interesses. que felicidade a nossa por sermos os primeiros a manifestar hum sentimento, que nos resgata da tyrannia, e nos dá finalmente a esperança de brevemente vermos resuscitada a nossa Patria sob os auspicios do grande NAPOLEÃO...*»<sup>23</sup>.

Em 26 de Abril é a vez de uma deputação da própria cidade do Porto que «vai offerter a S. Ex. o unanime desejo de seus Concidadãos, em tudo absolutamente o mesmo, que a deputação da Cidade de Braga tinha no dia antecedente exprimido com tanta solenidade, e cujo exemplo não tardarãõ a seguir as Villas de Barcellos, e de Viána, Villa do Conde, Guimaraens, Villa da Feira, e outras muitas, que estão actualmente a recolher os votos dos seus habitadores...»<sup>24</sup>. Depois das palavras de Almeida Correia, Corregedor da Comarca, Soult agradeceu

---

<sup>22</sup> Supl.º ao N.º 2, p. 14.

<sup>23</sup> Como que para dar mais realce, estas linhas vêm em itálico no D. P.

<sup>24</sup> D. P., N.º 4, p.p. 26/27.

«comovido» (cf. D. P.), tecendo, de seguida, considerações gerais e formulando votos de protecção. Entre outras coisas, disse:

«...A sorte de Portugal interessa vivamente ao Imperador; e só foi para assegurar a sua independencia, para o resgatar da anarchia, e da influencia estrangeira, que S. M. destinou para aqui o Exercito, que ha pouco se vos figurava tão terrivel, e que com tudo, se não tivesse vindo em vosso auxilio, e vos não tivesse tomado hoje debaixo da sua protecção, estaria decidida a vossa sorte, seria inevitável a vossa ruina, e deixariéis brevemente de ser contados entre o número das Naçoens... O passo, que acabaes de dar, era sem dúvida o que cumpria para tão feliz restabelecimento...»<sup>25</sup>.

Saliente-se o tom demagógico utilizado por Soult e, de um modo geral, usado nos vários artigos do jornal. É curioso notar também a semelhança do discurso de Soult com o utilizado por Junot e pela Gazeta de Lisboa durante a 1.<sup>a</sup> invasão. Veja-se, por exemplo, o Suplemento Extraordinário da Gazeta, N.º V, de 5 de Fevereiro de 1808.

Como diz Pedro Vitorino<sup>26</sup>, «nos curtos dias de estada no Porto, Soult extorquiu quanto pôde dos dinheiros públicos, especialmente do erário municipal, forçado a ocorrer a tudo quanto os napoleónicos necessitassem, e com a índole moderada de que era dotado, e astuta manha também, procurou captar a simpatia da população. Mas só poderia iludir quem fosse eivado de francesismo».

Efectivamente assim foi. Soult procura, por todos os meios, conquistar essa simpatia. O D. P. foi um desses meios, divulgando pormenorizadamente tudo o que favorecesse a sua figura e desejo de ser rei, bem como a estadia dos franceses.

Enlevado no seu engrandecimento pessoal, rodeado de laçaios a bajulá-lo, antegozando o suspirado momento da sua coroação, Soult, terá esquecido um pouco a administração. A exagerada ambição perdeu-o.

Em 12 de Maio de 1809, perante o ataque repentino das forças anglo-lusas, vindas de Coimbra, Soult abandona o «seu» Palácio e foge, apressada e desordenadamente, com as suas tropas.

Não se cumprira o seu desejo, nem a função do D. P. que, em 6 de Maio de 1809, deixava de se publicar.

---

<sup>25</sup> «D. P., n.º 4», pp. 27/28.

<sup>26</sup> In «As Invasões Francesas», Livraria Figueirinhas, Porto — 1945, p. 143.

#### 4 — Conclusão

Podemos, a concluir, afirmar como Alberto Bessa, na obra citada, que o D. P. — 1809, apesar de pequeno, é interessante em muitos aspectos.

— O jornal nasce e desenvolve-se para servir o invasor, divulgando apenas acontecimentos que lhe eram favoráveis e apelando ao bom-senso da população a quem convida a reunir-se em torno do «Heróe, em cujo coração se disputão a primazia, o valor e a humanidade»<sup>27</sup>;

— Órgão especialmente criado para servir o invasor, durou, naturalmente, enquanto aquele permaneceu no Porto. Tal não aconteceu com a Gazeta de Lisboa que se iniciou muito antes da 1.<sup>a</sup> invasão e continuou depois da expulsão do invasor;

— Órgão oficial do invasor, como é definido por vários autores, ele é também, senão fundamentalmente, um órgão oficial de Soult, de que este se serviu para atingir os ambiciosos intentos de ser rei;

— As notícias que insere ajudam-nos a conhecer, *positis ponendis*, alguns pormenores da 2.<sup>a</sup> invasão e da estadia, intenções e decretos ditados por Soult durante a sua permanência no Porto;

— Com características externas semelhantes às de outros jornais da época, é predominantemente noticioso e não é veículo de quaisquer ideias revolucionárias. Limitou-se a divulgar, servilmente, discursos, decretos, proclamações e avisos, que denunciavam não serem de paz os dias vividos no Porto e arredores e uma certa resistência ao expansionismo napoleónico, e a relatar, mais ou menos demagógicamente, alguns acontecimentos. O tom 'moderado' e demagógico utilizado visa 'unicamente' apaziguar os ânimos da população, fazer-lhe promessas e captá-la, mais do que qualquer proselitismo ideológico;

— Podemos, pois, dizer que o DIÁRIO DO PORTO foi um jornal *mais colaboracionista que afrancesado*. Mesmo assim, houve quem o apelidasse de «jacobino», naturalmente por ser órgão oficial do invasor que não porta-voz das ideias da Revolução Francesa.

Certo que, com ou sem a ajuda do D. P., a «ideia nova», que os soldados de Napoleão' traziam consigo, ficou. Acatada por muitos, produziu, ainda que tardiamente em relação a outros países europeus, os seus efeitos.

Se, aquando da invasão de Soult, as ideias liberais não eram dominantes no Porto, pouco tempo depois já a maior parte da população as perfilhava, como refere A. Magalhães Basto<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> D. P., N.º 1, p. 2.

<sup>28</sup> *Op. cit.*, p. 69.